

ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO / 2004 a ABRIL / 2005		
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	R\$ milhares	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA	
	Mai/2004 a Abr/2005	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	69.260	
Pessoal Ativo	60.418	
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 1)	16.712	
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	(7.870)	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	
(-) Indenizações Trabalhistas	(131)	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(260)	
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Nota 2)	(7.479)	
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	921	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I + II)	70.181	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL conforme Lei Complementar Federal nº 101/2000 (IV)	5.832.063	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL conforme Lei Complementar Federal nº 101/2000 (III / IV) * 100	1,20%	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL conforme Lei Complementar Estadual nº 67/2005 (V) - (Nota 3)	5.589.605	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL conforme Lei Complementar Estadual nº 67/2005 (III / V) * 100 - (Nota 4)	1,26%	
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <1,56%>	90.980	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - <1,48%>	86.315	
FONTE: SIAFEM 2004 / 2005		
NOTAS EXPLICATIVAS		
Nota 1: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN.		
Nota 2: O TCE-PE deixou de beneficiar-se do valor de R\$ 18 mil relativo a retenção de contribuições devidas ao FUNAFIN por pensionistas no mês de janeiro de 2005. Esse fato implicou aumento do valor do FUNAFIN Patronal Complementar. A compensação do valor pago a mais será efetuada no mês de maio de 2005.		
Nota 3: O Estado de Pernambuco adotou nova sistemática para apuração da RCL, mediante disposição contida na Lei Complementar Estadual nº 67, de 20/01/2005. O critério adotado pelo Poder Executivo para apuração da RCL contempla a exclusão das receitas destinadas à gestão plena da saúde, transferidas ao Estado de Pernambuco pela União. O total de receitas excluído no período de referência atingiu R\$ 242.458 mil.		
Nota 4: Percentual do TDP em relação à RCL, apurada conforme Lei Complementar Estadual nº 67 de 20/01/2005.		
Carlos Porto de Barros Presidente do TCE-PE		
Francisco Sifônio de Sousa Diretor Geral do TCE-PE		
Henrique Anselmo Silva Braga Contador - CRC-PE 14.240 / O-9		

Relatório de Gestão Fiscal	
Período de Janeiro a Dezembro de 2004	
Consolida as informações do	
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e da	
Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães.	
Recife (PE), 29 de janeiro de 2005	
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães
Carlos Porto de Barros	Severino Otávio Raposo Monteiro
Presidente do TCE-PE	Diretor Geral da ECPBG-PE
Francisco Sifônio de Sousa	Maria Auxiliadora de Souza Albuquerque
Diretor Geral do TCE-PE	Coordenadora Geral da ECPBG-PE
Henrique Anselmo Silva Braga	Carlos Alberto Sales de Almeida
Contador - CRC-PE 14.240 / O-9	Contador - CRC-PE 16.072 / O-0

ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO / 2004 a DEZEMBRO / 2004 Replicação do Relatório publicado anteriormente no DOE do TCE-PE, de 29/01/2005, página 7		
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	R\$ milhares	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA	
	Jan/2004 a Dez/2004	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	67.749	
Pessoal Ativo	58.796	
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 1)	16.032	
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	(7.079)	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	
(-) Indenizações Trabalhistas	(192)	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(597)	
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(6.290)	
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	838	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I + II)	68.587	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL conforme Lei Complementar Federal nº 101/2000 (IV)	5.422.179	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL conforme Lei Complementar Federal nº 101/2000 (III / IV) * 100	1,26%	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL conforme Lei Complementar Estadual nº 67/2005 (V) - (Nota 2)	5.294.428	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL conforme Lei Complementar Estadual nº 67/2005 (III / V) * 100 - (Nota 3)	1,30%	
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <1,56%>	84.586	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - <1,48%>	80.248	
FONTE: SIAFEM 2004		
NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2004		
Nota 1: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN.		
Nota 2: O Estado de Pernambuco adotou nova sistemática para apuração da RCL, mediante disposição contida na Lei Complementar Estadual nº 67, de 20/01/2005. O critério adotado pelo Poder Executivo para apuração da RCL contempla a exclusão das receitas destinadas à gestão plena da saúde, transferidas ao Estado de Pernambuco pela União. O total de receitas excluído no ano 2004 atingiu R\$ 127.751 mil.		
Nota 3: Percentual do TDP em relação à RCL, apurada conforme Lei Complementar Estadual nº 67 de 20/01/2005.		
Nota 4: Replicação decorrente da alteração do valor da Receita Corrente Líquida, conforme Balanço Geral do Estado do exercício findo em 31/12/2004.		

ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CONSOLIDADO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DOS LIMITES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO / 2004 a DEZEMBRO / 2004 Replicação do Relatório publicado anteriormente no DOE do TCE-PE, de 29/01/2005, página 8		
LRF, art. 48 - Anexo VII	R\$ milhares	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	68.587	1,2600%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	84.586	1,5600%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	80.248	1,4800%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,0000%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,0000%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,0000%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,0000%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,0000%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,0000%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,0000%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,0000%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	0,00	14.038
FONTE: SIAFEM 2004		
Nota: Inclui informações da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães.		